

Faltam recursos para saneamento

A boa notícia, divulgada no meio da última semana, de que as Nações Unidas incluíram o Brasil entre os países com melhor qualidade de vida do mundo, ficou um tanto obscurecida por outra informação importante, esta porém negativa. Estudos recentes da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Trata Brasil, de reconhecida autoridade na matéria, revelaram que, se mantido o ritmo atual de investimentos federais no setor, só no ano de 2122 — isto é, daqui a 115 anos! — o Brasil conseguirá universalizar plenamente os serviços de coleta e tratamento de esgoto. Atualmente, as instalações existentes atendem a apenas 47% da população. No Estado de São Paulo, a cobertura é bastante razoável. Chega a 84%, caindo todavia de maneira acentuada nos demais Estados, principalmente os do Norte e Nordeste do País. Nestes, as condições de saneamento básico, no tocante à coleta e ao tratamento de esgoto, e também quanto à oferta de água potável, são de autêntica calamidade pública. Seu estágio, conforme o diagnóstico dos especialistas, é muito próximo do registrado nos países africanos mais atrasados.

A origem do problema, evidentemente, está na permanente escassez de recursos para as obras necessárias. São projetos que demandam vultosas verbas, como é sabido, mas não existe outra alternativa para elevar os padrões sanitários da sociedade e, por esse meio, reduzir as despesas com o enfrentamento de inúmeras doenças e internações hospitalares. No campo infantil, o déficit de saneamento se reflete num altíssimo índice de mortalidade precoce, fato que acontece inclusive nas grandes cidades do Sudeste, cujas periferias pobres, com sua insalubridade, fragilizam agudamente as crianças, transformando boa parte das que sobrevivem em adultos de saúde precária.

Em São Paulo, o Governo Estadual está desenvolvendo um amplo programa de obras de saneamento, e a previsão é de que, em poucos anos, não haverá mais município paulista sem coleta e tratamento de esgoto. A propósito, cabe destacar a afirmação de Marcelo Néri, coordenador da pesquisa da FGV sobre o assunto, para quem coletar o esgoto, somente, não basta. Se ele não for tratado, é o mesmo que varrer uma casa e colocar o lixo debaixo do tapete. Agir de forma ampla, então, é o que se faz imperioso, numa estreita integração entre os governos da União e dos Estados. Entretanto, se Brasília não rever sua política orçamentária nessa área essencial, os progressos continuarão limitados. Entre 2003 e 2006, o Ministério das Cidades destinou R\$ 6 bilhões para saneamento, mas, efetivamente aplicados, foram só R\$ 2 bilhões. Uma soma pequena, diante do vulto do desafio representado pela exigência de se eliminar essa gravíssima falha de infra-estrutura, que tão fortemente prejudica a qualidade de vida de milhões de pessoas em nosso País.